



A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO BÁSICO

Mayara Almeida de França¹
Daniel Guilherme Bernardino da Silva²
Maria Vitória Jesus de Nazaré do Nascimento³
Geisiane Cipriano dos Santos⁴
Rosineide Maria Gonçalves⁵

RESUMO

O presente artigo busca discutir os desafios da inserção de estudantes da educação básica nos estudos históricos, com destaque para os anos finais do ensino fundamental, e como a história local pode contribuir para facilitar o contato da história com a cultura cotidiana, quebrando o paradigma de uma história distante da realidade. Por isso, a questão central deste estudo é: como o ensino de história local no ensino básico pode contribuir para a preservação da memória regional e estimular o sentimento de pertencimento sobre uma cultura? Em consideração à problemática, o objetivo dessa pesquisa é, portanto, compreender a contribuição do ensino da história local ensinada desde cedo, para fortalecer a identidade cultural e instigar a pesquisa histórica. Para tal, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, com o foco na revisão bibliográfica sobre a temática. Os materiais que formam este aporte teórico foram selecionados nas bases de literatura acadêmica SciELO e Google Acadêmico. A discussão sobre o tema contemplará autores que argumentam sobre a história local, a memória e a preservação patrimonial, como Carlos Henrique Farias de Barros e José D'Assunção Barros, e a aplicação desses conceitos no ensino da história, como Luis Carlos Borges da Silva e Olga Shugurova. Diante do exposto, podemos considerar que os estudos sobre a história local no ensino de história nas escolas de ensino fundamental e médio, auxiliam na construção da identidade do cidadão, que se reconhece como ser histórico fruto de seu espaço e recorte temporal, produtor e reproduzidor de cultura.

Palavras-chave: História Local, Memória, Ensino de História, Ensino Básico.

INTRODUÇÃO

A cultura é um elemento que está presente na vivência do indivíduo, que inserido em uma comunidade, assimila o seu padrão de comportamento, tradições, costumes e dialetos. Com o processo de globalização nos séculos XX e XXI, a antropologia aprofundou-se no estudo

1 Graduada do Curso de História da Asces-Unita, 2023139203@app.asces.edu.br;

2 Graduando do Curso de História da Asces-Unita, 2024139237@app.asces.edu.br;

3 Graduada do Curso de História da Asces-Unita, 2025139298@app.asces.edu.br;

4 Licenciada em História pela Asces-Unita, Professora da Rede Estadual, Supervisora do PIBID e co-orientadora do estudo, geisianecipriano.g1@gmail.com

5 Licenciada em História pela Univisa/PE, Mestre em Serviço Social pela UFPE. Docente e Coordenadora de Área do PIBID na Asces-Unita, orientadora do estudo, rosineidegoncalves@asces.edu.br



sobre a cultura, agora como um conceito plural e diversificado, onde os aspectos culturais de uma comunidade podem sofrer influência de outros grupos e estar continuamente se modificando para acompanhar as particularidades de cada geração e necessidades globais.

A teoria do relativismo cultural, que foi desenvolvida pelo antropólogo Franz Boas, quebra o paradigma de que uma cultura é superior a outra, respeitando as suas peculiaridades e como resposta a uma justificativa racista de superioridade e supremacia europeia em detrimento dos países tropicais, que foram alvos do imperialismo nos séculos XIX e XX. Essa teoria surge como uma crítica a uma cultura que era associada a aspectos biológicos e evolutivos de um povo, categorizados pela antropologia como primitivos ou evoluídos.

Diante dessa reflexão, podemos considerar neste estudo, a perspectiva weberiana de que: “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, onde essas teias tecidas são a sua cultura, e a ciência interpreta os elementos que a constitui para atribuir algum significado (Geertz, p. 15, 1973). A cultura é um elemento público e não pode ser rotulada como algo objetivo, pois não se limita à esfera material e positivista.

Em paralelo à reflexão inicial acerca da cultura, este estudo de cunho teórico realizada por estudantes da Licenciatura em História, tem o objetivo de associar a História Local – que é rica em cultura e fruto das relações humanas que são produzidas e reproduzidas – com a História Ciência, que é o estudo do homem no tempo (Bloch, p. 55, 2002), pois ela tem uma contribuição interdisciplinar para a interpretação e análise do conjunto de símbolos que permeiam diferentes grupos sociais que estão no contexto escolar.

O ensino da História Regional é fundamental para o enriquecimento cultural, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a construção da identidade dos estudantes. Por meio do estudo sobre suas origens e da valorização da memória das personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da região – homens e mulheres comuns cujos feitos se aproximam da realidade local –, os alunos podem compreender melhor sua própria história. Como afirma Oliveira (2003, p. 15, apud Silva, 2013, p. 1), “é através da História Regional que se busca aflorar o específico, o próprio, o particular”.

É fundamental compreender que cada comunidade possui uma trajetória histórica singular. Abordar essa especificidade em sala de aula significa oferecer ao estudante a oportunidade de relacionar os conhecimentos transmitidos por seu círculo social, muitas vezes por meio da oralidade, ao saber sistematizado e intencionalmente organizado, para promover reflexões sobre os aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos de seu contexto. Nesse





sentido, como afirma Fernandes (1995, p. 8, apud Silva, 2013, p. 3), “estudar o município é importante e necessário para o aluno, na medida em que ele está desenvolvendo o processo de conhecimento e de crítica da realidade em que está vivendo”.

Esse discurso reforça a importância de se promover o ensino da História Local durante toda a educação básica, como parte essencial da formação cidadã. O desconhecimento da História Local pode levar à desvalorização da própria cultura e dos costumes da comunidade, o que, “acaba por induzir os alunos das camadas mais populares a pensar que não possuem história digna de valor, que apenas os nomes de vulto merecem ser registrados na história e eles não.” (Assis, Bellé e Bosco, p. 4. 2013).

A escola, esfera escolhida como um dos pontos-chave deste estudo, é um forte elo de comunicação entre a comunidade e a família, e contribui para a construção do indivíduo, logo: “Aproximar escola e comunidade na construção do conhecimento da história não apenas é uma excelente fonte de informação, mas também da construção do orgulho de uma comunidade” (Assis, Bellé e Bosco, p. 5, 2013). Tendo a escola essa importância, o professor no processo de ensino é um mediador, quando sistemicamente organiza as ideias traçadas entre discente-docente e propõe intervenções e projetos que fomentem o interesse do estudante em pertencer a sua comunidade.

METODOLOGIA

Este estudo sócio-histórico é de natureza qualitativa, com foco na revisão bibliográfica. Seu objetivo é refletir sobre a importância do estudo da História Local no currículo escolar como ferramenta de enriquecimento cultural e preservação do patrimônio regional. A abordagem escolhida para esta pesquisa busca a melhor interpretação dos discursos e recortes teóricos trabalhados sobre a temática.

A abordagem qualitativa na pesquisa histórica contribui para a reunião de dados que não poderiam ser registrados facilmente em um levantamento quantitativo, tais como: “dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência, etc.” (Santos, p. 16, 2010). Para Freitas (p. 26, 2002), essa abordagem também permite a compreensão dos aspectos, dos sujeitos envolvidos e do contexto do fenômeno estudado.





O aporte teórico desta pesquisa será formado por dois eixos, utilizando como base livros, jornais, resenhas críticas e artigos. O primeiro eixo compreende a literatura basilar que aborda questões antropológicas e históricas para fundamentação teórica e metodológica geral, com autores como Marc Bloch (2002), Clifford Geertz (1973) e Dayse Lúcida Silva Santos (2010), entre outros.

O segundo eixo foi construído por meio da seleção em bases de literatura acadêmica como SciELO e Google Acadêmico. O corpus deste eixo é composto por aproximadamente oito textos, abrangendo publicações da última década, de modo a garantir a atualidade das discussões pedagógicas. O caráter desse eixo é uma discussão complementar, trazendo a perspectiva do ensino na Educação Básica, a capacitação docente, os aspectos curriculares interdisciplinares e específicos do campo das Ciências Humanas — em especial, da História. Aborda também as possibilidades para a aplicação dos conhecimentos históricos na prática docente no que diz respeito à cultura, regionalidade e preservação patrimonial.

Por fim, destaca-se a inserção de uma discussão sobre o caso da região de Kham, no Tibete, apresentada por Stéphane Gros (2016). Essa análise foi articulada à bibliografia sobre o ensino brasileiro para refletir sobre um estudo de caso internacional. O objetivo foi comparar situações de apagamento da memória como estratégia de dominação, evidenciando que tal prática da História oficial é uma questão universal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A História Local mantém uma estreita relação com a História Social, campo que, desde a década de 1980, passou a dedicar-se à compreensão dos pequenos grupos tradicionalmente excluídos das narrativas históricas, impulsionada pelo movimento da “Nova História”. Nesse contexto, o aprofundamento dos estudos voltados às comunidades constitui uma forma de reconhecer seus padrões de comportamento e costumes. Sob essa perspectiva, o conhecimento desses elementos contribui significativamente para aproximar o estudante dos indivíduos que compartilham o mesmo território, uma vez que a identidade não se constrói apenas de forma individual, mas também coletiva.





A região torna-se caminho – e não obstáculo – para se entender uma totalidade que a inclui. De igual maneira, um estudo regional como este pode ser útil para retornar a essa totalidade, agora de uma outra forma, e confrontar generalizações redutoras e abusivas ao mostrar uma diversificação de casos que frequentemente é encoberta pelos modelos generalistas. (Barros, p.27, 2022)

Conforme destacado pelo autor, o estudo da história regional não tem como objetivo analisar uma região de maneira isolada ou descontinuada, mas há pretensões de estabelecer conexão dentre elas de uma maneira que preserve suas particularidades e a coesão seja estabelecida, e dessa maneira, auxiliar no estudo de forma mais abrangente e quebrar o paradigma das “histórias gerais e completas”.

Quando se trata de história, não se pode desconsiderar a importante participação da memória na construção da identidade, tanto individual, como coletiva. A História é um constante exercício da memória, portanto, é impossível compreender uma cultura local sem revisitar os acontecimentos e experiências que a formaram. Nesse sentido, “a memória é, sem dúvida, um aspecto relevante na configuração de uma história local, tanto para os historiadores quanto para o ensino” (Bittencourt, 2004, p. 168, apud Barros, s.d.).

Para tal, os Parâmetros nacionais curriculares (PCN), criados por meio da Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, prevêm o ensino de história local no ensino fundamental como uma ferramenta de reconhecimento de características temporais-geográficas de seu grupo, argumentando como uma habilidade a ser desenvolvida nos estudantes: “Identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços” (Brasil, p. 43, 1998).

A perspectiva apresentada nos parâmetros curriculares é de grande relevância, mas requer que as redes de ensino municipal e estadual estimulem frequentemente a produção de pesquisas sobre a História Local. Paralelamente, a formação continuada dos professores desempenha papel crucial na efetivação desse ensino, viabilizando uma didática criativa e interdisciplinar. Para promover uma aprendizagem significativa, é fundamental que os docentes tenham acesso a esse acervo regional e sejam preparados para aplicar metodologias inovadoras, tais como projetos culturais, visitas a museus e o uso de materiais adaptados à realidade local.





Além disso, a formação deve estimular o entendimento da história local como uma disciplina que se conecta com outras áreas do conhecimento, favorecendo uma abordagem interdisciplinar que envolva aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos de forma integrada. Essa estratégia pedagógica promove maior engajamento e compreensão por parte dos estudantes, pois aproxima o conteúdo da sua realidade, tornando a história local mais viva e relevante. A didática criativa, portanto, propicia ambientes de aprendizagem mais fluidos e participativos, contribuindo para a potencialização do sentimento de pertencimento e para o interesse pela preservação da memória da cultura local dos alunos.

Um diálogo pode ser estabelecido ao pensar em como podemos aplicar da melhor forma. A análise proposta por Stéphane Gros (2016) sobre a região de Kham, no Tibete, é um ótimo exemplo para ampliar a noção de história local como espaço de disputa de identidades e representações visto em outras sociedades e que deram certo suas investidas. Ao descrever a fronteira sino-tibetana como um espaço de convivência e conflito entre múltiplos centros de poder, o autor introduz uma perspectiva de história regional que não é algo que se restringe à geografia ou à delimitação física do território, mas define como às próprias experiências vividas e às negociações entre comunidades locais e estruturas estatais formam a história daquele povo, como forma de preservar sua identidade e até mesmo acabar com os conflitos da região.

Essa reflexão nos permite repensar a história local brasileira como um espaço dinâmico e plural, no qual múltiplas realidades coexistem e interagem. Tal perspectiva impede que a história seja reduzida a uma visão estática do passado, restrita apenas ao que é abordado pelos currículos escolares, sejam eles municipais ou estaduais. Compreender verdadeiramente uma realidade implica imergir em seu contexto e reconhecer suas particularidades. Além disso, a preservação da história regional, especialmente em áreas como o Nordeste e o Norte do país, exerce um impacto cultural significativo, contribuindo para o fortalecimento da identidade e para o desenvolvimento das comunidades locais.

O mesmo autor aponta que “é uma categoria inevitavelmente endógena. As regiões são produtos de processos históricos e socioespaciais contestados” (Gros, p. 2, 2016). Em outras palavras, não se tratam de espaços fixos, mas de construções moldadas por disputas, acomodações e trocas culturais, resultantes de processos históricos específicos ocorridos em determinadas localidades. No contexto brasileiro, compreender comunidades do Nordeste, de





povos indígenas ou de quilombos apenas como “lugares” significa reduzir sua complexidade histórica e social, além de, de certo modo, negar a importância do estudo da história local dessas

regiões – cuja preservação e valorização, em muitos casos, estão vinculadas às políticas e legislações municipais.

Os produtos das experiências históricas refletem as vivências das populações que habitam determinado território. No exemplo analisado por Gros, a região de Kham constitui um espaço cuja configuração topológica evolui à medida que suas relações com os centros de poder se transformam. Tal dinâmica pode ser comparada às realidades observadas no norte do Brasil ou em uma cidade do agreste pernambucano, onde as interações com as esferas políticas locais, definidas pela identidade histórica da cidade, moldam a narrativa e o modelo de história da

região. Da mesma forma, eventos de âmbito nacional e estadual também influenciam a formação de identidades culturais, econômicas e políticas singulares, um processo que se manifesta em todo o território brasileiro. Gros ainda afirma:

O nosso objeto de estudo – a região de Kham – corresponde a uma área geográfica convencionalmente reconhecida [...] no entanto, metodologicamente, é necessário questionar a forma como tomamos por garantida a existência de territórios geográficos e culturais delimitados (Gros, p. 4, 2016).

Essa crítica pode ser interessante quando pensamos nas divisões curriculares escolares brasileiras, que muitas vezes separam de maneira rígida a história nacional da regional, ignorando a sobreposição e interdependência entre elas.

Conforme previsto em alguns momentos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é papel do ensino de história desenvolver a noção de pertencimento dos estudantes a múltiplos territórios e também das comunidades que ali vivem, como também está previsto na lei (Brasil, 2008), é dever da Educação como um todo desenvolver essas métricas sobre o regionalismo cultural. Compreender como espaços se constroem historicamente permite que o estudante veja seu território não como dado, mas tratar como uma construção viva, histórica e em constante transformação e preservação da memória daqueles que respiram sua própria história.





No que se refere ao desenvolvimento das questões relacionadas ao currículo e ao papel do docente de História no ensino da história local, torna-se fundamental o estreitamento das relações entre o eixo teórico – representado pelo livro didático – e a materialização da prática pedagógica, por meio dos recursos disponíveis no contexto educacional. Essa integração pode ocorrer a partir do acesso e da utilização de fontes primárias e secundárias provenientes de

acervos regionais, bem como de elementos culturais como imagens, monumentos, textos, músicas, comidas típicas, danças e narrativas orais, entre outros. Conforme complementa Silva:

É de grande importância, tornar nossas aulas mais prazerosas, levando os alunos a perceberem que sua própria vida já é uma grande história e que o conhecimento histórico pode ser elaborado por todos, independente de qualquer aspecto social, político, econômico e cultural. (Silva, p. 10, 2013)

A partir da análise crítica dos discursos apresentados, torna-se perceptível a recorrência de dois pontos centrais relacionados ao ensino da história local no ensino básico. O primeiro é que, embora as PCNs destaquem a história local como uma competência a ser desenvolvida nos ciclos do ensino fundamental, sua abordagem ainda se mostra dificultosa e superficial, em grande parte devido à escassez de materiais didáticos adaptados para atender a essa demanda.

Um segundo ponto relevante é que, embora a historiografia contemporânea já tenha superado o viés reducionista e positivista – marcado pela narrativa dos “grandes homens”, da História Magistra Vitae e da “História Absoluta” –, os materiais didáticos ainda apresentam limitações significativas. Conforme apontam Ayres e Brando (2021), essas narrativas muitas vezes ainda reforçam a perspectiva do colonizador europeu.

A manutenção dessa abordagem, ao falhar na devida contextualização, contribui para distorcer fatos e perpetuar estereótipos. Isso acaba por desestimular o interesse dos estudantes pela História Regional, que passa a ser percebida, equivocadamente, como 'distante, opaca e comum demais para ser trabalhada e lembrada'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A fundamentação em teóricos essenciais para os estudos antropológicos, históricos e pedagógicos permite avaliar, de forma crítica, a maneira como muitos municípios brasileiros, assim como as políticas educacionais implementadas pelos estados, definem o currículo e determinam a representatividade da história local. Além disso, esses estudos possibilitam compreender o nível de autoridade conferido à história regional na valorização cultural e na construção da identidade de cada comunidade.

Nos últimos anos, a partir de 2010, diversos estudos sobre história local, tanto no Brasil quanto no exterior, têm buscado representar os acontecimentos de maneira a garantir visibilidade não apenas para a população local, mas também para a própria historiografia, permitindo que esses territórios e suas especificidades sejam reconhecidos e estudados.

Tradicionalmente, a História, especialmente no Ocidente, tem se concentrado em grandes eventos e “grandes feitos”, frequentemente negligenciando os processos históricos locais que moldam a vida cotidiana das comunidades. Essa abordagem reducionista, influenciada por correntes como a Escola dos Annales e a historiografia estadunidense, limita a compreensão do presente e impacta diretamente tanto a prática docente quanto a preservação da memória regional, levando muitas populações a esquecerem acontecimentos relevantes de sua própria história.

O estudo da história regional, nesse sentido, permite um entendimento mais profundo do passado e do presente que aquele proporcionado apenas pelos livros didáticos convencionais. Um exemplo significativo dessa perspectiva é apresentado na tese de doutorado *Learning, Local Knowledge, and Place: A Historical Perspective on Educational Sustainability Before the Advent of Compulsory Schooling in Tibet*, de Olga Shugurova. A autora argumenta que o conhecimento local e a história regional são essenciais para a formação educacional sustentável, constituindo a base cultural e espiritual das comunidades.

No contexto tibetano pré-moderno, por exemplo, as práticas educativas estavam intimamente ligadas à transmissão intergeracional de saberes locais, espirituais e históricos, reforçando o pertencimento, a identidade e a continuidade cultural (Shugurova, p. 97, 2017). A relevância desse estudo torna-se ainda mais evidente considerando a história contemporânea do Tibete, que, após a invasão chinesa em 1959, passou a sofrer apagamento





de sua memória local e geográfica, com as gerações atuais tendo acesso limitado à história de seu território.

Para Shugurova (p. 86, 2017), a educação deve incluir a consciência da memória histórica de um lugar e das tradições que ali se desenvolveram. Assim, a história local, construída por meio de narrativas orais, mitologias, práticas espirituais e rotinas comunitárias, forma a base de uma identidade coletiva enraizada no território. Não se trata apenas de recuperar dados do passado, mas de compreender como os espaços carregam significados históricos vivos, capazes de ensinar formas éticas de se relacionar com a natureza, com os outros e com a ancestralidade.

Transpondo essa perspectiva para o contexto brasileiro, observa-se consonância com práticas pedagógicas que valorizam as histórias locais e os saberes tradicionais, como ocorre na educação indígena ou nas datas comemorativas municipais. A Lei nº 11.645/2008, por exemplo, estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a África e os povos originários nas escolas brasileiras (Brasil, 2008). Iniciativas baseadas na pedagogia histórico-crítica ou na pedagogia da alternância buscam integrar o cotidiano das comunidades ao currículo escolar, reconhecendo a memória dos lugares como parte viva da formação cidadã. Ao considerar os territórios como espaços de produção de saberes, essas práticas contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao ensino de história local, promovendo uma aprendizagem mais significativa e compreensiva, sensível às tradições culturais, religiosas e históricas de cada comunidade.

AGRADECIMENTOS

Dedicamos os nossos sinceros agradecimentos à nossa instituição formadora, ASCES-UNITA, que no âmbito do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Capes, nos permitiu realizar as nossas primeiras produções científicas, enriquecendo teórico-metodologicamente a nossa formação. Agradecemos também, à nossa orientadora nesse artigo e docente do curso de Licenciatura em História, à Prof.^a. Rosineide Maria Gonçalves e à Prof.^a. Geisiane Cipriano dos Santos, à qual sempre demonstramos admiração pessoal e profissional. Fomos lisonjeados com a sua contribuição na estruturação desse material e





suporte com o maior zelo possível, sempre nos mostrando o lado bom de educar e ajudar o próximo. É com orgulho que afirmamos que educação carece de mais pessoas como vocês!

REFERÊNCIAS

ASSIS, Elisabete Xavier de; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma. O ensino da História Local e sua importância. **REDIVI - Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas**. [S. l.]. Disponível em: www6.univali.br/seer/index.php/redivi/article/view/5089. Acesso em: 20 jun. 2025.

AYRES, Ariadne Dall'acqua; BRANDO, Fernanda da Rocha. O olhar eurocêntrico no contexto escolar brasileiro. **Número Regular: Os manuais didáticos e a educação Sinop**, Sinop, v. 12, n. 1 (30. ed.), p. 177-191, jan./jul. 2021. ISSN 2236-3165. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de História, Memória e História Local**. Pernambuco: Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO-RECIFE), [s.d.].

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, [São Paulo], n. 116, p. 21-39, jul. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GROS, Stéphane. Introduction to “Frontier Tibet: Trade and Boundaries of Authority in Kham”. **Cross-Currents: East Asian History and Culture Review**, E-Journal n. 19, p. 1–27, jun. 2016. DOI: 10.1353/ach.2016.0007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308765941>. Acesso em: 25 jul. 2025.



